

Voto do brasiliense só depende agora do PDS

Se a liderança do PDS não mudar a orientação do partido, liberando seus parlamentares para votar na proposta de Emenda à Constituição, nº 38, que estabelece representação política para o Distrito Federal, a proposta será derrubada, a começar pelo parecer da Comissão Mista que a analisa. A reunião da comissão, marcada para a tarde de ontem, foi adiada, a pedido do presidente, senador Mauro Benevides, (PMDB-CE) aprovado em plenário, na noite da última quarta-feira.

A justificativa de Benevides foi a de ganhar tempo para melhor elaboração do parecer, em mãos do deputado Isaac Newton (PDS-RO) e que deverá ser definitivamente contrário à proposta, uma vez que, como parlamentar do PDS, ele não teria condições de desobedecer à orientação partidária. O deputado, eleito pelo voto, será obrigado a se posicionar contra o voto.

Na realidade, a grande maioria dos deputados pedessistas é favorável à Emenda, ou, pelo menos, à representação política no DF. Assim, fica nos ombros da direção do Partido e, em última análise, do Palácio do Planalto, a responsabilidade de autorizar o voto dos brasilienses.

Esta foi a conclusão que se pôde tirar ontem, de uma conversa entre o relator da Emenda Collares e cerca de dez integrantes do Comitê pelo Voto, entre eles, o presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, e o presidente do Comitê, Carlos Alberto Lima Torres. A comissão entregou a Isaac Newton e a vários parlamentares integrantes da Comissão Mista do Congresso uma nota oficial, reivindicando que "O Congresso Nacional restituía ao povo do DF o legítimo direito ao voto, eliminando a discriminação e assassinada por nada menos do que 40 entidades de classe e representativas da população".

SITUAÇÃO INCOMODA

Isaac Newton, na realidade, encontra-se numa situação incômoda. A de ser relator de um parecer que, por orientação do partido, será desfavorável, contrariando assim uma das mais antigas reivindicações da população. Segundo Carlos Alberto este é um dos motivos de desgaste do PDS no Distrito Federal. O presidente do Comitê pelo Voto lembra que, até aqui, tem sido o PDS a impedir a representação, o que só consegue desgastá-lo junto a seus futuros eleitores. "Sim, porque todos sabemos que cedo ou tarde esta representação virá, então porque não permitir que ela venha agora, o que traria dividendos políticos ao próprio partido?".

O relator Isaac Newton pouco adiantou sobre o parecer que deveria ter dado ontem. "Ele está pronto, faltando apenas a conclusão". Esta conclusão — favorável ou contrária — é que depende de uma palavra dos líderes, Cantídio Sampaio e Nilo Coelho.

A Isaac Newton restaria apenas um caminho para se livrar do ônus de matar uma proposta de interesse da população, logo no primeiro passo da tramitação. Renunciar a ser relator. Mas há um consenso entre os parlamentares, inclusive da oposição, de que isso ressolveria muito pouco.

Não tendo parecer, a proposta seria levada da mesma forma a plenário e lá, durante a discussão, o presidente da mesa



Luis Antonio

O deputado Isaac Newton disse ao Comitê pelo Voto que a decisão sobre a emenda Alceu Collares depende do líder do PDS na Câmara, Cantídio Sampaio (sem óculos).

indicaria um deputado para apresentar um parecer oralmente. Este parlamentar, é claro, seria do PDS e teria, também, que obedecer ao que decidem os líderes.

MOBILIZAÇÃO

Para definir uma estratégia de negociação, o Comitê pelo Voto voltou a reunir-se na noite de ontem, decidindo-se pela continuidade da negociação junto aos parlamentares. Na próxima terça-feira, uma comissão, que deverá ter cerca de 30 membros, terá uma audiência com o líder Cantídio Sampaio, tentando obter dele, senão a aprovação, pelo menos a liberação dos parlamentares.

Ao mesmo tempo, deverá ser marcada uma audiência com o Chefe do Gabinete Civil da Presidência, o ministro Leitão de Abreu. A audiência tem a mesma finalidade: conseguir que o governo mude a orientação dada ao PDS, frontalmente contra a representação.

Se não for assim, a proposta de Alceu Collares corre um sério risco de ter o mesmo fim que as outras: ser derrubada, pelo voto ou pela ausência — não permitindo quorum — dos parlamentares do PDS.

Para ser aprovada, a proposta precisa ter, independente do parecer na Comissão Mista, 211 votos favoráveis na Câmara e 35 no Senado, obedecendo assim ao regulamento de metade mais um do número dos integrantes nas duas Casas.

Adiada, a reunião da Comissão Mista deve acontecer até o próximo dia 25, e este é, definitivamente, o último prazo. Se por algum motivo qualquer ela não for realizada, a Emenda Collares será levada a plenário, mesmo sem parecer, no máximo até o dia 16 de novembro próximo.

